

ARQUIVOS JORNALÍSTICOS COMO LUGAR DA MEMÓRIA CULTURAL PARAIBANA

Maria José Cordeiro de Lima (UEPB) mcordeiro16@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho aqui apresentado é movido, por questões que envolvem atualmente o uso dos arquivos dos principais jornais que circulam em nosso Estado (Correio da Paraíba, União, Jornal da Paraíba e o Norte) como lugar da memória da imprensa paraibana e como estas práticas contribuem ou não para a história dos próprios jornais, levando em consideração que no interior de suas práticas existam ações voltadas para essas questões. Nora (1993) nos diz que a memória pendurasse em lugares, assim como a história em acontecimentos. Mostram-se significativas, portanto, as razões para melhor compreender os arquivos como lugares de memória. E no tocante aos Jornais como efetivação das estratégias de pertencimento a um universo produtor de uma articulação social através da informação produzida diariamente. O jornalismo transforma a realidade apreensível em relato. Apresenta-se como peça fundamental no registro de acontecimentos, o que lhe confere função histórica na sociedade. O levantamento de dados, inicialmente, foi fundamentado na perspectiva material, ou seja, com os próprios jornais produzidos e arquivados. Levantando a hipótese que os jornais utilizam-se da prática de guarda da suas produções. Trabalhar a comunicação articulada com a arquivologia através da memória dos arquivos dos jornais impressos se faz mister já que os mass média são considerados historiadores do presente que faz do acontecimento um lugar temporal.

Palavras-chave: Memória. Arquivo jornalístico. Cultura.

ARCHIVES NEWSPAPERS HOW PLACE MEMORY CULTURE PARAIBANA

Abstract

. The work presented here is driven by issues that currently involve the use of the archives of major newspapers that circulate in our state (Correio da Paraíba, União, Jornal da Paraíba e o Norte) as a place of memory and how the press Paraibano or not these practices contribute to the history of their own newspapers, bearing in mind that within their practices exist actions geared to these issues. Nora (1993) tells us that the memory free riders in places, and events in history. Show a significant therefore better understand the reasons for the archives as places of memory. And regarding the effectiveness of newspapers as strategies for belonging to a world producer of a social articulation of the information produced daily by. The journalism turns into the reality understandable report. Presents itself as a key player in the record of events, giving it historical function in society. The survey data, initially, was based on material perspective, that is, with its own newspaper produced and archived. Raising the possibility that the newspapers use is the practice

¹ Docente do Curso de Arquivologia da UEPB e Mestre em Ciência da Informação
Pesquisa vinculada ao Grupo de pesquisa **Arquivologia e Sociedade** na linha de pesquisa **Cultura, Memória e Comportamento**.

of custody of their productions. Working communication combined with the memory of Archives through the archives of newspapers printed is mister as the average but are considered historians of this event that makes the place a time.

Key words: Memory. Archives journalistic. Culture.

1 Introdução

Os estudos sobre a temática da memória estão em voga, tanto como prática como representação social. A memória encontra-se como suporte dos processos de identidade: Seja coletiva ou individual. Porém, este “Status” não representa estabilidade e situação de equilíbrio e tranquilidade. Alguns especialistas como LeGoff (1990), Nora (1999), Pollack (1989) entre outros apontam para uma verdadeira “crise da memória” na sociedade ocidental. Pois, nenhuma instituição, grupo social ou movimento social tem por garantia permanência e perenidade no tecido social que institucionaliza uma sociedade. O que pode sobreviver é sua memória que segundo Pollack (1989), alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas.

O Projeto aqui apresentado é movido, por questões que envolvem atualmente o uso dos arquivos dos principais jornais que se circulam em nosso Estado (Correio da Paraíba, União, Jornal da Paraíba e o Norte) como lugar da memória da imprensa paraibana e como estas práticas contribuem ou não para a história dos próprios jornais, levando em consideração que no interior de suas práticas existam ações voltadas para essas questões. Nora (1993), diz que a memória pendurasse em lugares, assim como a história em acontecimentos. Estes lugares podem ser encontrados em três sentidos: **Materiais** (documentos, arquivos, fotografias, relatórios, vídeos etc); **Simbólico** (lembranças, impressão, imaginação) e **Funcional** (associações, comunidades, sala de aula etc.). Esses lugares não existem isoladamente, eles coexistem para poder ter sentido.

Considerando a diversidade de lugares apontados por Nora (1993), trabalhamos na perspectiva material, ou seja, com os próprios jornais produzidos e arquivados. Isso, levantando a hipótese que os jornais utilizam-se da prática de guarda da suas produções.

Trabalhar a comunicação articulada com a arquivologia através da memória dos arquivos dos jornais impressos se faz mister já que os mass média são considerados de historiadores do presente que faz do acontecimento um lugar temporal.

É aos mass média que se deve o reaparecimento do monopólio da história [...] imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. (NORA, 1976, p181)

Mostram-se significativas, portanto, as razões para melhor compreender os arquivos como lugares de memória e no tocante aos Jornais como efetivação das estratégias de pertencimento a um universo produtor de uma articulação social através da informação produzida diariamente. Para Robert apud Jardim (1995,p05) “os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada”. A relação entre **arquivos** e **memória** é recorrente no pensamento e nas práticas arquivísticas. Lodolini (1990, p. 157) explicita esta relação onde desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado...

A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos.

Partindo desse pressuposto, acreditamos ser de suma importância desenvolver projetos de pesquisa que capacita a UEPB a partir do Curso de Arquivologia, a subsidiar cientificamente atividades relacionadas a memória dos arquivos, sejam públicos ou privados, visando ampliar as suas perspectivas de atuação e conhecimento e, como resultado, viabilizar um intercâmbio da sociedade com a academia.

2- fundamentação Teórica

2.1- Jornal - documento histórico

Manter viva a lembrança de fatos cotidianos ou acontecimentos marcantes é algo inerente ao homem, desde os tempos primitivos. Faz parte da condição humana registrar-se no mundo. O homem desde os mais remotos tempos vem realizando essa tarefa, seja através das pinturas rupestres ou nos mais avançados sistemas de disseminação de informação. Ao longo dos anos, técnicas comunicativas foram desenvolvidas com o intuito de contribuir para a perpetuação do tempo. Juntamente com técnicas capazes de desenvolver a memória, a linguagem atuou como instrumento de propagação das representações, proporcionando ao homem o papel de ator principal na construção da própria história.

Com o advento da escrita o homem iniciou um processo eficaz de registrar suas atividades, sociais, econômicas, políticas, culturais e pessoais. Gutemberg com invenção da tipografia introduz o homem na modernidade e muda as relações sociais a partir da impressão da escrita. Diferente do homem primitivo, que se sociabilizava e armazenava informações por meio de repetições, mitos e representações, o homem letrado foi capaz de reconstruir, de forma retrospectiva, o tempo da história. A memória apresenta-se disponível, catalogada e comparável: “o saber deixa de ser apenas aquilo que me é útil no dia-a-dia, o que me nutre e me constitui enquanto ser humano membro desta comunidade. Torna-se um objeto suscetível de análise e exame” (LÉVY, 1993).

O homem acelerou sua inscrição no mundo imprimindo seu pensamento. A escrita foi encarada pelo homem como maneira única de se conservar lembranças, visto que “as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p.80). Desse modo, tendo em vista a importância da narrativa escrita na construção da história de uma sociedade, não há como descartar o valor do jornalismo impresso como documento histórico, desde o surgimento da imprensa, no século XVIII.

O jornalismo transforma a realidade apreensível em relato. Apresenta-se como peça fundamental no registro de acontecimentos, o que lhe confere função histórica na sociedade. Para Tranquina (1999), o jornalismo é entendido como uma prática social, que estabelece relações com o mundo simbólico e com o mundo material dos indivíduos.

Portanto, o século XVIII é marcado pela necessidade das pessoas registrarem a vida cotidiana, como forma de manter a memória viva. Assim, a memória jornalística e diplomática surge como “a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria história” (Le Goff, 1994, p.461).

O registro de acontecimentos em jornais impressos está diretamente relacionado com a necessidade do homem de se relacionar com o espaço onde vive. Por meio das notícias publicadas, o homem se reconhece como membro da sociedade referida. Somente a partir dessa identificação que o leitor será capaz de refletir e criticar sobre os problemas sociais que o rodeiam e, posteriormente, poderá contribuir para a construção de uma nova realidade. É através dessa participação pública que o homem se apresenta como ator principal da própria história.

Na medida em que as nossas decisões e as nossas lutas diárias são, no que é fundamental, determinadas pelo discurso da informação, torna-se claro que o que está em jogo é, nada menos, que o futuro da nossa sociedade. (...) E as solicitações dos *media* fizeram entrar a produção histórica no movimento da sociedade de consumo (LE GOFF, 1994, P.143)

A capacidade de rememorar fatos ocorridos se restringe, principalmente, ao registro da própria vida cotidiana. Porém, antes de se chegar a esse registro factual, como se poderia definir a memória? Para Le Goff (1994), a palavra memória apresenta diferentes conceitos no campo científico global. Segundo ele, em primeiro momento, a memória leva-nos a associá-la a um conjunto de funções psíquicas, que permitem ao homem atualizar informações passadas. Mas este conceito se torna mais abrangente se remetido à memória tal como ela surge nas ciências humanas. Atenta-se, assim, para a relação de interdependência existente entre os termos memória e história.

Falar de história é algo complicado, principalmente quando se procura achar um conceito que a defina. Algumas problemáticas surgem quando se indaga qual o sentido do termo. A história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti. Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de

história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do “retorno do evento” ligado aos novos *media*, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata”. (LE GOFF, 1994, p.9). Devido à sua natureza social, a história apresenta relação direta com os termos tempo, espaço e passado. Para Le Goff, o tempo histórico encontra hoje, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta. Diz ele.

Penso que a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história por uma reconstrução incessantemente reposta em causa. (...) A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história (LE GOFF, 1994, p.26).

Contudo, a memória sofreu metamorfoses no decorrer da história da humanidade. Mas é com o surgimento da imprensa que ocorre uma revolução, embora lenta, na memória do Ocidente. Essa transformação pode ser observada na passagem de Leroi-Gourhan.:

Até o aparecimento da imprensa dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antigüidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor. Com o impresso não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito (1964-65. p. 69-70).

Enfim, é nesse momento que se insere a importância do jornalismo como documento histórico, como lugar da memória não só do próprio jornalismo paraibano, mas da memória histórica do estado da Paraíba.

2.2-A imprensa na Paraíba

Fazendo um breve histórico sobre a imprensa na Paraíba, registra-se, num resumido acervo literário existente sobre o tema, que em 16 de fevereiro de 1826, no governo do coronel Alexandre Francisco de Seixas Machado, presidente da província Parayba, foi publicado o primeiro Jornal da Paraíba denominado de Gazetta do Governo da Paraíba do Norte, órgão oficial do governo. O jornal era impresso na “Typographia Nacional da Parayba, administrada pelo súdito inglês Waller S. Boardman.

Araújo registra em seu livro *História e Ideologia da Imprensa na Paraíba* que no período da monarquia os jornais que circulavam na Paraíba tinham, na maioria, orientação Política.

[...] Circularam na Paraíba mais de 50 periódicos, quase todos na capital, a maioria com orientação política e defendia interesses partidários, havendo uma parte que seguia a linha de ataque ao poder e outra em posição de defesa. (ARAÚJO, 1983, p. 70).

O segundo jornal a circular na Paraíba foi a GAZETA PARAHYBANA, bi-semanário que circulo apenas um ano. Após surgiu o PETIGUARÉ, e em 1830 foi lançado o Correio da Parahyba. Este Jornal era impresso em Recife e durou um semestre. Em 1832 Antonio Borges da Fonseca, edita O REPÚBLICO. Em 1834 José Rodrigues da Costa funda a primeira gráfica particular da capital, registrada como Typographia de J.R. da Costa, que ficou conhecida como Tipografia do Beco da Misericórdia. Fátima Araújo cita que de acordo com documentação da área, é possível identificar alguns jornais que foram fundados na década de 1830. A autora afirma que na década de 40, existia uma efemeridade nos jornais. Segundo Araújo a causa principal da pouca duração dos jornais em todas as épocas era a politização acirrada da sociedade.

Bastava que o jornal fizesse algum comentário desairoso a uma facção do poder, ou ocorresse a queda da liderança que apoiava, para imediatamente lhe ser negado qualquer tipo apóio, ficando assim impossível de ser impresso. (ARAÚJO, 1983, p.71).

A autora continua que na época qualquer jornal que pretendesse ter uma circulação regular, devia girar em torno do partidarismo político. Araújo cita que durante

muito tempo a imprensa paraibana “não pode atingir um estado perfeito, pelo menos até o encerramento do século passado”. Segundo a autora, a mudança começa a acontecer no início do novo século.

Quando se inicia este século, é que o jornalismo paraibano começa a imitar da imprensa do Rio de Janeiro, época em que os grandes diários daquele Centro-Sul começam a entrar aqui com maior facilidade, devido ao progresso dos sistemas de comunicação e dos transportes. (ARAÚJO, 1983, p.74).

Conforme Araújo (1983, p.74) os jornais da primeira fase da República são: Diário da Manhã, Estado da Parahyba, A Idéia e em 2 de fevereiro de 1893 surge a União, jornal fundado por Álvaro Machado, “como órgão do Partido Republicano Conservador, depois transformado em folha oficial do Estado”. O Diário Oficial passou a circular separadamente a partir de 10 de julho de 1955. O matutino prosseguiu sua trajetória, e é o quarto mais antigo do País e o primeiro entre os que são impressos no Estado. A União trazia farto noticiário e as notas do então presidente da Província, Álvaro Machado. Também são dessa época Imprensa, fundada em 27 de maio de 1897 por Dom Audo Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Bispo da Diocese da Paraíba, e O Comercio, de Arthur Aquilles, que circulou de 1899 a 1907. O Imprensa criado a princípio com o objetivo de divulgar as ações da religião Católica, o jornal incomodou a ditadura de Vargas com a publicação de uma notícia desmentindo a ação do Governo Federal na cidade paraibana de Catolé do Rocha. Conforme Fátima Araújo (1983), o jornal foi censurado por que publicava artigos polêmicos. Através do DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, o político Ruy Carneiro, na época interventor da Paraíba, mandou empastelar o jornal e prender padre Carlos Coelho, religioso de idéias avançadas apesar de pertencer ao clero.

Araújo (1983) afirma que depois de redemocratização do Brasil, por volta 1946, o jornal Imprensa volta funcionar até 1968. Dos jornais daquela época, só resta “a União, hoje empresa que compreende diário e gráfica, de propriedade o Governo”. Conforme a autora a organização da classe jornalística paraibana, data do dia 7 de setembro de 1933 com a fundação da API – Associação Paraibana de Imprensa, que teve como primeiro presidente Samuel Duarte. Conforme Araújo, (1983) a API surgiu com a responsabilidade de unir a classe comunicadora do estado, além de batalhar pelos seus anseios e bem-estar da categoria. Na historia da imprensa na Paraíba registra-se a Secretaria de Comunicação

Social – SECOM, que correspondia a antiga Secretaria para Assuntos Extraordinários, criada nos meados de 1966 no governo João Agripino Filho. A SECOM foi criada para divulgar a dinâmica comunicacional do Estado.

O segundo Jornal mais antigo do estado é O NORTE, que nasceu no momento em que o COMMÉRCIO acabava. O NORTE foi fundado no dia 7 de maio de 1908 por Oscar e Orris Eugênio Soares, filhos de Adolfo Eugênio Soares e Amazile Meira de Holanda Soares, comerciantes portugueses que conseguiram fazer fortuna em João Pessoa.

Como cita Araújo (1983) no início o jornal O Norte nasceu sem compromissos partidários, mas depois de 7 anos após sua fundação, “não suportando mais as dificuldades financeiras, deixou a imparcialidade e iniciou a campanha epitacista contra o walfredismo”. Por pressões políticas, em 1939 é obrigado a sair de circulação, passando assim 11 anos. Ressurgindo então em 1950. Logo após, em 1954, por decisão de Assis Chateaubriand, O Norte foi incorporado aos Diários Associados.

O Norte reserva um espaço para a divulgação de notícias do interior paraibano, através da página Municípios, que faz a cobertura diária das atrações turísticas, implantação de projetos e fatos de todo o Estado. Para melhor organizar o fluxo de informações veiculadas na página, foi criado um setor nos Associados Paraíba, denominado Núcleo dos Municípios. O Núcleo, formado por sete sucursais espalhadas por toda a Paraíba, com sede em João Pessoa, realiza um trabalho sistemático de reportagem dos acontecimentos em cada região paraibana. As sucursais estão situadas em Campina Grande, Cajazeiras, Patos, Monteiro, Sousa, Itaporanga e Guarabira.

O atual corpo editorial do jornal O Norte é o seguinte: Diretor Presidente: Joezil Barros; Diretor Superintendente: Cecílio Fonseca; Editor Chefe : Joanildo Mendes; Chefe de Redação: Nara Valuska; Chefe de Reportagem: Emmanuel Noronha; Gerente de Tecnologia: Walkiria Fonseca.

O jornal CORREIO DA PARAÍBA, que é do dia 5 de agosto de 1953, foi fundado pelo deputado Teotônio Neto. O Título do Correio foi dado por seu primeiro diretor Afonso Pereira. Colaborador do jornal em sua primeira fase. Araújo (Araújo, 1983, p.121) cita que até 1968, o Correio “era o melhor jornal da Paraíba em termos de independência político-ideológico”. Segundo a autora, seu então diretor Soares Madruga,

que assinou a colona política por 16 anos, contou em entrevista que “a queda da qualidade a fatores econômicos”. Correio como os demais jornais também passaram pela Censura. Fátima conta que segundo os depoimentos de pessoas que trabalhavam no jornal, “quase todas as noites antes de fechar o jornal, o editor recebia os agentes da Polícia Federal”. Eles vinham geralmente comunicar que certa notícia não podia ser publicada.

Araújo (1983) afirma que em 1º de Janeiro de 1980, o Correio ultrapassou as dificuldades e ressurgiu, como propriedade do grupo Alberto Barreto, e José Fernandes Neto. A autora afirma que hoje o jornal Correio, “é um dos diários mais prestigiados da Paraíba, com grande número de assinantes e sucursais nas principais cidades do Estado”.

No livro Araújo (1983) descreve na fala de João Bosco Gaspar, que a ideologia do Correio da Paraíba em suas editorias analisadas em março de 1982, só opinava “quando ocorria algum fato especial que faz a direção sentir necessidade de expressar-se em editorial”.

O atual corpo editorial do Correio da Paraíba é o seguinte: Diretor geral: José Fernandes; Superintendente: Alexandre Jubert; Diretora Executiva: Beatriz Ribeiro; Diretora Comercial: Marta Correia Ribeiro; Editora Chefe: Lena Guimarães; Diretor Administrativo: Eribaldo Couto. O Correio tem um Conselho Editorial que é formado por: Gilberto Lopes; José Carlos do Anjos; Carlos Aranha; Jãmarrí Nogueira; Adelson Barbosa; Josival Pereira; Everaldo Ricardo; Pessoa Jr.; Ana Felipe; Eduardo Carneiro; Marcela Sitônio; Fábio Cardoso; Líliam Moraes e Carlos Magno.

O Diário da Borborema fundado em 2 de outubro de 1057, nasceu pertencente á cadeia dos Diários Associados, por iniciativa de Assis Chateaubriand. “Esse jornalista tinha um carinho especial por campina grande, pois ali residiu, durante alguns anos”. (Araújo, 1983, p.133). Araújo cita que o primeiro número do Diário da Borborema saiu com 7 cadrenos e 56 páginas. No expediente do Diário da Borborema da primeira fase, João Gusmão Bastos, era o diretor ao lado de João Calmon. Araújo relata que naquele tempo era comum fazer “transcrição dos Jornais do Sul, de artigos opinativos escritos pelas figuras mais conhecidas do jornalismo brasileiro”.

Folheando as coleções de finais da década de 50 para os princípios de 60, constatamos as publicações de artigos de Austregéslo de Atahude, Barreto Leite Filho, Assis Chateaubriand. (ARAÚJO, 1983, p.134).

O Diário da Borborema, como afirma Fátima Araújo, era uma espécie de irmão gêmeo de O Norte. Isso por dois motivos: primeiro por que seguia a mesma filosofia por pertencer aos Diários Associados, depois por que desde 1970, quando o maquinário de Campina Grande havia quebrado, o jornal era impresso nas oficinas do jornal pessoense.

O atual corpo editorial do Diário da Borborema é o seguinte: Diretor presidente: Joezil Barros; Diretor superintendente: Célio Antônio Azevedo; Diretor Comercial: Augusto Correia Lima; Editor Chefe: Joanildo Mendes; Gerente Executivo: Marcelo Antunes; Gerente Comercial: Rossélio Marinho.

O Jornal da Paraíba foi fundado no dia 5 de setembro de 1971, por um grupo de empresários formado por José Carlos da Silva Júnior, Humberto Almeida, Júlio Costa, Ademar Borges da Costa, Raimundo Lira, João Batista

Dantas, João Rique Ferreira, Artur Monteiro, Maurício Almeida e Josusmá Coelho Viana, numa solenidade que contou com a presença de várias autoridades do Estado.

A inauguração aconteceu na rua João Suassuna, centro de Campina Grande, o primeiro endereço do jornal. Na mesma ocasião, a Câmara Municipal outorgou ao jornal a Medalha de Honra ao Mérito Municipal.

O Jornal da Paraíba surgiu obedecendo aos mais rígidos princípios da nova técnica jornalística, buscando o aprimoramento do seu mecanismo informativo para adaptar-se aos rigores da época jornalística. O primeiro exemplar do jornal circulou com nove cadernos, num total de 72 páginas. Também foram veiculados cadernos especiais que destacaram a potencialidade da cidade.

O segundo endereço do Jornal da Paraíba foi na rua João Pessoa, centro comercial campinense. De 1978 a 1982, as oficinas e a redação do "JP" funcionaram na rua Otacílio de Albuquerque. Neste ano, o empresário José Carlos da Silva Júnior já era diretor-

presidente do jornal, que mudou novamente de endereço, agora para a rua Major Juvino do Ó, onde até hoje está estabelecido.

A partir de 1982, o Jornal da Paraíba deu um salto em termos de melhoria em sua qualidade gráfica, deixando o antigo sistema linotipo para ingressar na era da impressão off-set. Mas foi somente em 1989, quando o jornal completou 18 anos de fundação, que a informatização começou a fazer parte do dia-a-dia. A mudança ocorreu primeiramente no antigo setor de paginação.

Neste mesmo ano, em setembro, foi lançado o novo Jornal da Paraíba. E a partir do início da década de 90, a informatização já não era mais novidade no matutino, atingindo desde a redação até a administração.

O corpo editorial do Jornal da Paraíba é o seguinte: Diretor Superintendente: Ricardo de Oliveira Carlos; Editor Executivo: Roelf Sá; Gerente administrativo: Gelson Lima; Gerente Comercial (João Pessoa): Catiúscia Lima - Gerente Comercial (Campina Grande): Alex Santos; Gerente de Circulação: Guilherme Nobre; Gerencia de produção: Alberto Bezerra; Secretário de redação: Bastos Farias; Chefe de Reportagem: Suetoni Souto Maior; Editorias Cidades: Sony Lacerda; Editoria de Política: Gisa Veiga; Editoria de Esportes: Expedito Madruga; Editoria Art e Vida: André Cananéia; Editoria de Concurso Tevê: Débora Cristina; e Nacional: Neide Donato (redatora).

3- Discussão Metodológica

O presente estudo pressupõe uma perspectiva metodológica baseada, particularmente, na pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1995) que tem como preocupação central a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração (SANTAELLA, 2001).

Com base nisso, estamos realizando revisão teórico-conceitual acerca da relação arquivo e memória. “Os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro.” (Mathieu e Cardin, 1990, ,p.114). Também, uma revisão crítica dos estudos e pesquisas sobre a história do jornalismo no mundo contemporâneo, enfatizando suas novas configurações na recente história política brasileira e sua principal função que é sistematizar informações, levando em consideração que conhecimento e informação como elementos indispensáveis ao bom

funcionamento de uma sociedade, um grupo, uma coletividade que revelam as especificidades dos arquivos. Procedemos ao trabalho de pesquisa de campo junto aos principais jornais da Paraíba, objetivando investigar, sobretudo ações no campo da organização de seus arquivos e guarda da memória.

3.1- Jornais e os lugares da memória

Iniciamos a pesquisa pelo levantamento do arquivo do jornal União por ser o mais antigo do estado. Para a observação e análise das práticas de arquivamento utilizamos as categorias acontecimento, personagem e lugares que determinam elementos importantes na articulação da memória do jornalismo Halbwachs *apud* Santos (1998), aponta para uma construção coletiva que localiza, na memória, uma estrutura estável na investigação e análise dos sistemas sociais.

Para a reflexão sobre o *acontecimento*, tomamos como base os suportes materiais, desde documentos até textos impressos, eletrônicos e digitais. A fonte do Jornal a União eleita para pesquisa é o suplemento “Correio das artes” que representa as falas das pessoas que fizeram e fazem cultura em nosso estado.

No caso da categoria *personagem*, como trata de relações simbólicas e subjetivas (lembranças, impressões e imaginações), utilizamos a história oral que constitui “não apenas uma metodologia de trabalho útil para pesquisas individuais ou pontuais, como teses, por exemplo, como encontra todo um terreno de implementação em instituições, programas e centros de pesquisas” (SILVA, 1999, p.32).

4- Considerações Finais

A perspectiva interdisciplinar que envolve outros campos do conhecimento (filosofia, sociologia, lingüística etc.) é imprescindível dispositivo e fonte que possibilita o trabalho com a memória coletiva. Pois somente assim será possível captar elementos importantes que configuram a complexidade do objeto em estudo, e assim reconstruindo várias expressões e práticas sociais contidas na oralidade, documentos escritos, fotografia,

considerados “lugares da memória”. Preservar e manter viva a memória cultural da Paraíba através dos jornais é tarefa urgente, pois nas páginas de um jornal é narrado o cotidiano de uma sociedade.

Nas páginas de um jornal é forjado o relato diário de fatos que dialogam com a memória social. É no cotidiano, ou em sua invenção, que o homem se articula com formas concretas de socialização. Os jornais são articuladores sociais e detentores de poder sobre o que uma sociedade deve saber e o que será eternizado. Passado o efeito da atualidade o que ficam são registros, arquivos, memórias. Memórias que precisam ser invocadas para possibilitar um entendimento, mesmo que através da fala e do olhar do outro, do que se articulou e se articula no tocante a nossa cultura.

Referências

ARAÚJO, Fátima. Paraíba: Imprensa e vida. Campina Grande: Grafset, 1983.

CHAUDHURI, Indra N. Pesquisa e prática interdisciplinar na alfabetização. In: Ver. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 113, p. 21-34, abr./jun., 1993.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação. V25, n 2, 1995.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares, Trad. Yara Aun Khoury. Ver. Projeto História. V. 10. São Paulo, dez/93. p. 7-28.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 228 p.

PIERRE, Lévy. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, 208 p.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. Rev. Estudos Históricos v. 2. n. 3. Rio de Janeiro, 1989. p.3-15.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento, um conceito transdisciplinar porexcelência. Ver.

Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, v.113, p.13-20, abr./jun., 1993.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. 1980. Documentos públicos e privados arranjo e descrição. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV.

TRANQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e história. Lisboa: Vega, 1993.

SANTAELLA, Lucia. Comunicação e Pesquisa. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

TRIVIÑOS. Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.